

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 26-8-2019.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Moisés Barboza, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Eng^o Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. A seguir, por solicitação de Adeli Sell e Reginaldo Pujol, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Ruy Rosado de Aguiar Júnior, a Fernanda Young e a Ênio Roberto Dias dos Reis. Também, foi apregoado o Processo SEI nº 047.00064/2019-92, de autoria de Ricardo Gomes, informando, nos termos do artigo 227, § 6º, do Regimento, sua participação, no dia vinte e seis de agosto do corrente, em aula do Núcleo de Formação do Brasil Paralelo, em São Paulo – SP. Em continuidade, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso da Semana Municipal da Pessoa com Deficiência, nos termos do Requerimento nº 088/19 (Processo nº 0347/19), de autoria da Mesa Diretora, e à entrega do Diploma Honra ao Mérito ao Centro de Tradições Gaúchas Pousada da Figueira, nos termos do Projeto de Resolução nº 041/18 (Processo nº 1407/18), de autoria de Paulo Brum. Compuseram a Mesa: Mônica Leal e Paulo Brum, presidindo os trabalhos; Nelson Khalil, Presidente do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre; João Carlos Barcelos Guterres, Patrão do Centro de Tradições Gaúchas Pousada da Figueira; Guacir de Llano Bueno, Presidente da Associação dos Servidores da Área de Segurança com Deficiência do Rio Grande do Sul; Jorge Brasil, Diretor de Acessibilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Paulo Brum, como proponente e em nome da Mesa Diretora. Após, a Presidente convidou Paulo Brum a proceder à entrega, a João Carlos Barcelos Guterres, de diploma alusivo à presente solenidade. Em prosseguimento, a Presidente concedeu a palavra a João Carlos Barcelos Guterres e a Nelson Khalil, que se pronunciaram acerca da presente solenidade. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, em tempo cedido por Marcelo Sgarbossa, e Luciano Marcantônio. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Alvoni Medina, Karen Santos, Adeli Sell, Idenir Cecchim, Prof. Alex Fraga, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Airto Ferronato e Mauro Zacher.

Foi rejeitado o recebimento de denúncia contra o Prefeito (Processo SEI nº 118.00443/2019-92), por onze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, este com Declaração de Voto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Às dezesseis horas e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 105/17 (Processo nº 0985/17), considerando-se mantido o Veto Total oposto, por doze votos SIM, quinze votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Prof. Alex Fraga, Idenir Cecchim, Valter Nagelstein, Engº Comassetto e Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Em Discussão Geral e Votação Nominal, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 011/18 (Processo nº 1330/18), com Veto Parcial, o qual, após ser discutido por Lourdes Sprenger, Cláudio Janta e Prof. Alex Fraga, teve sua discussão suspensa, em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Valter Nagelstein, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 008/19, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/19, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 066, 110, 113, 144, 151, 156 e 161/19, o Projeto de Lei do Executivo nº 011/19 e os Projetos de Resolução nºs 027, 028, 030 e 031/19; em 2ª sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/19 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 046, 098, 126 e 165/19. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Moisés Barboza. Durante a sessão, Idenir Cecchim, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Professor Wambert, Marcelo Sgarbossa e Aldacir Oliboni manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal, Paulo Brum e Reginaldo Pujol e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (Requerimento) (PT): Sra. Presidente, solicito que façamos uma homenagem póstuma ao Dr. Ruy Rosado de Aguiar Júnior, que foi ministro do STJ; e à jornalista e artista Fernanda Young. Foram duas perdas lastimáveis, uma na área direito, outra na área das artes. Então, solicito que nós possamos homenageá-los com um minuto de silêncio.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (Requerimento) (DEM): Em aditamento ao requerido pelo vereador líder do Partido dos Trabalhadores, a respeito da homenagem póstuma, que nós apoiamos, ao Dr. Ruy Rosado de Aguiar Júnior e de mais uma pessoa, cujo nome não seguramos, mas certamente é merecedora do nosso apoio, nós queríamos acrescentar também Ênio Roberto Dias dos Reis, falecido na última quinta-feira e sepultado na sexta-feira, uma pessoa altamente conhecida da sociedade porto-alegrense, na homenagem, para ser incluído também na concessão do minuto de silêncio a todos eles. Obrigado.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (Requerimento) (PTB): Boa tarde Presidente, também gostaria de solicitar, por pedido do meu colega Ver. Paulo Brum, a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações, cujo tema será o transcurso da Semana Municipal da Pessoa com Deficiência. Se pudéssemos iniciar por essa pauta, ouvido o plenário, eu agradeceria.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Deferimos os pedidos dos vereadores Adeli Sell e Reginaldo Pujol, solicitando um minuto de silêncio pela perda dos senhores Ruy Rosado, Ênio Reis e Fernanda Young.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo o processo SEI nº 047.00064/2019-92, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação da Aula do Núcleo de Formação do Brasil Paralelo, em São Paulo - SP, no dia 26 de agosto de 2019.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso da Semana Municipal da Pessoa com Deficiência, e Diploma Honra ao Mérito à entidade CTG Pousada da Figueira, nos termos do Requerimento nº 088/19, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Nelson Khalil, presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre – Comdepa; o Sr. João Carlos Barcelos Guterres, patrão do CTG Pousada da Figueira; Sr. Jorge Brasil, Diretor de Acessibilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte; Sr. Guacir de Llano Bueno, presidente da Associação dos Servidores da Área de Segurança com Deficiência do Rio Grande do Sul.

O Ver. Paulo Brum está com a palavra em Comunicações, e falará em nome da Mesa Diretora.

VEREADOR PAULO BRUM (PTB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Lei nº 8.018, de 1997, instituiu, no Município de Porto Alegre, a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. Há 22 anos, tudo aquilo que nós pensávamos, que nós descrevemos, continua vivo ainda no dia de hoje. Vai dizer que a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência terá por finalidade esclarecer à comunidade quanto às causas das deficiências. Promover, na época, era integração e, depois, com a luta das pessoas com deficiência, com as entidades que foram às ruas, transformamos a integração em inclusão, ou seja, que o meio esteja preparado para nos receber, para que nós possamos lutar de igual para igual - na época era integração. Promover campanhas educativas em escolas, igrejas, enfim, visando a prevenção, a conscientização quanto à problemática das pessoas com deficiência. Promover o intercâmbio de informações com a comunidade, visando a soluções efetivas para dificuldades das pessoas com deficiência. Aqui ainda ficou um vácuo, que é proceder a um levantamento anual das ações levadas a efeito em prol da inclusão das pessoas com deficiência. Esse é o papel do Comdepa, cobrar que o Executivo comece a mostrar o que vem sendo feito, as ações, as realizações e as conquistas durante todo esse período. Estou nessa cadeira de rodas há 43 anos, e o meu amigo, Coronel Guacir, acho que está mais ou menos parecido também. Lembro que, em 1995, quando assumi aqui, meu primeiro mandato como vereador, a única ação que havia de acessibilidade em Porto Alegre – até porque acessibilidade era uma palavra estranha, era um palavrão – era o rebaixamento de meio-fio das calçadas em frente aos supermercados, e não era para nós, era para os carrinhos de compras dos supermercados. Iniciamos uma luta e hoje podemos dizer que conquistas foram alcançadas, conseguimos transformar a nossa Porto Alegre, a própria legislação que trabalha e que dita os rumos da inclusão da pessoa com deficiência passou por esta Casa. Mais recentemente, em 2011, aprovamos o primeiro Plano Diretor de Acessibilidade do País. Foi um trabalho conjunto com o Executivo e esta Casa aprovou.

Sra. Presidente, eu sempre fico dizendo que o meu maior sonho, talvez eu não consiga realizar, é de nós, um dia, não precisarmos mais de uma semana, de um dia para reafirmar que somos pessoas, temos os nossos direitos como qualquer outro cidadão. Mas, enquanto isso não acontecer, nós aproveitamos muito bem dessa semana com a participação da Diretoria de Acessibilidade da Prefeitura, das entidades. Houve um grande momento, quando puderam fazer uma mobilização e trazer as ações afirmativas para a tão sonhada inclusão social. Hoje, Presidente, eu quero lhe falar também de uma entidade, porque, logo após o meu acidente, eu comecei a minha inclusão, como se diz, procurando as nossas associações: o Clube dos Paraplégicos, a Associação de Pessoas com Deficiência... E aí eu quero destacar o bellissimo trabalho que a nossa Asasepode vem realizando aqui em Porto Alegre, que é uma referência para o Brasil no que diz respeito à inclusão das pessoas com deficiência através do esporte e do lazer, e também de outras ações, encaminhamento para emprego, enfim, cursos profissionalizantes – esse é o trabalho da nossa Asasepode.

Eu fiz questão, Presidente, de fazer uma homenagem hoje a uma entidade que não é de pessoa com deficiência - o seu patrão não é uma pessoa com deficiência, também não sei se o patrão tem na sua família alguém com algum tipo de deficiência –, que é o nosso CTG Pousada da Figueira. Hoje, Sra. Presidente, por aquiescência da própria mesa, nós estaremos entregando, logo mais, o Diploma Honra ao Mérito à entidade CTG Pousada da Figueira. Pelo que me consta, Presidente, é o primeiro CTG totalmente adaptado às pessoas com deficiência do Brasil – depois alguém pode me corrigir, mas essa é a informação que nós temos –, pelo trabalho excelente que o patrão, Sr. Carlos Barcelos Guterres, e toda sua patronagem vem desenvolvendo, transformando o CTG num verdadeiro espaço de inclusão acessível às pessoas com deficiência. Eu tive a oportunidade de visitá-los, existe uma cancha de bocha excelente, e todo o espaço que as pessoas utilizam, um cidadão com deficiência, um cidadão com a sua cadeira de rodas pode participar ativamente do processo dessa entidade.

Portanto, eu quero agradecer ao patrão, e em breve estaremos entregando o diploma Honra ao Mérito ao CTG Pousada da Figueira. Obrigado a todos, que Deus nos proteja.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convidamos o Ver. Paulo Brum para proceder à entrega do diploma Honra ao Mérito ao patrão do CTG Pousada da Figueira, Sr. João Carlos Barcelos Guterres. Eu quero agradecer a presença do Sr. Jorge Brasil, Diretor de Acessibilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte.

(Procede-se à entrega do diploma.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. João Carlos Barcelos Guterres, patrão do CTG Pousada da Figueira, está com a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS BARCELOS GUTERRES: Boa tarde a todos. Cumprimentando a presidente da Mesa, Ver.^a Mônica Leal, cumprimento todos os vereadores. O CTG Pousada da Figueira sempre está se preparando para o dia de amanhã, porque o nosso dia de amanhã nós não sabemos como ele será. A acessibilidade é uma questão que nós, da patronagem, sentamos e discutimos sempre, além da nossa tradição gaúcha que a gente tem que fazer, dando oportunidade para todos que estejam participando no galpão com sua família, com um filho, que, de repente, precisa de acessibilidade – que eles tenham oportunidade de ir até o CTG e se divertir. Como falava o Ver. Paulo Brum, na minha família eu não tenho ninguém, mas eu acredito que todos nós somos uma família e precisamos olhar sempre para o lado, para quem está ao lado de nós. Devemos nos preparar, desde a nossa sociedade, nosso bairro ou a nossa cidade para o amanhã, porque o momento em que todos nós vamos precisar de pedir a mão do outro para seguir em frente, temos liberdade de andar sozinho, trabalhar, se divertir, andar dentro da cidade, do comércio, de uma loja – isso é o importante, é o que eu vejo para o futuro que nós temos que preparar, porque hoje eu estou aqui, me sinto bem, andando, mas e o amanhã? Como que eu vou mandar? Eu preparei a minha casa, a minha sociedade? Eu sempre vivo dizendo: inclusão ou incluir – deveríamos pensar nessa palavra e muda-la, porque se eu sofrer um acidente, e a minha entidade não estiver preparada, eu vou ser desincluído dela; ela vai ter que se adaptar para me incluir de volta. Então, eu acredito que que ela deve ser feita para que, se eu precisar, esteja pronta. E agradecer, especialmente ao Ver. Paulo Brum, por esse diploma, por essa proposta, bem como a todos que a aprovaram. O CTG Pousada da Figueira está de portas abertas para receber a todos, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Nelson Khalil, presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com deficiência de Porto Alegre – Comdepa, está com a palavra.

SR. NELSON KHALIL: Boa tarde a todos e a todas. Presidente Mônica Leal; meu querido Ver. Paulo Brum; Coronel Guacir, meu amigo, da Associação de Servidores da Área de Segurança e Portadores de Deficiência do Estado do Rio Grande do Sul – Asasepode; melhor diretor que eu tenho na Diretoria-Geral de Acessibilidade, Jorge Brasil, além de ser o melhor, é o único; o patrão João Carlos, do CTG Pousada da Figueira; a todos os vereadores; público presente aqui, boa tarde. Nós estamos no meio da 22ª Semana Municipal das Pessoas com Deficiência, é uma semana muito importante para nós porque, como disse que o Ver. Paulo Brum, desde 1997, nós brigamos pela acessibilidade nesta cidade, brigamos pela inclusão das pessoas com deficiência. Esta homenagem de hoje ao CTG Pousada da Figueira é muito significativa porque parece uma coisa muito prosaica, afinal de contas, um CTG ser acessível é uma coisa prosaica, mas, infelizmente, é uma exceção, tanta é uma exceção que estamos premiando. Por incrível que possa parecer, nós nos orgulhamos de dizer que nós temos CTGs

espalhados pelo mundo inteiro e este é o único CTG totalmente acessível. Vou repetir: é o único! Assim como esse é único CTG totalmente acessível, nós temos diversos locais, nesta Cidade, que não possuem acessibilidade. As pessoas com deficiência – eu não quero usar este palanque para me lamentar, apenas para retratar – não vão mais aonde querem, mas vão aonde podem. Eu tenho citado, ultimamente, um lema que a Presidente Mônica Leal conhece bem, que é uma frase que as mulheres usam: aonde é o lugar da mulher? Na cozinha? Na sala? O lugar da mulher é onde ela quiser, não é? O lugar das pessoas com deficiências também deveria ser aonde elas quiserem, e não, hoje o lugar das pessoas com deficiência é onde podem ir, porque boa parte desta cidade não é acessível – boa parte. Eu vou dar um exemplo simples: eu agora, de manhã, fui até o Beira-Rio e, para vir para Câmara, eu tive que esperar três ônibus, porque nos dois primeiros ônibus os elevadores não estavam funcionando, os das linhas 1057 e 1075. Então, as pessoas com deficiências têm esses problemas, os quais temos que discutir. Nós estamos, nesta semana, com diversas atividades promovidas pelo intenso trabalho do Jorge Brasil. A diretoria de acessibilidade, que é dirigida pelo Brasil, fez uma atividade bastante intensa, falamos sobre diversos temas: cultura, esporte, saúde, acessibilidade física, atitudinal, diversas atividades que a gente está fazendo para marcar essa semana e para melhorar a acessibilidade. Mas nós temos que lutar muito ainda. E o Paulo Brum é um exemplo desta luta, porque há muitos anos ele luta. Não quero exagerar, mas 90% das conquistas das pessoas com deficiência se deve ao trabalho que o Paulo Brum já desenvolveu ao longo de muitos e muitos anos. Então, para terminar com uma forma mais positiva, nós temos muito que caminhar, mas nós já caminhamos bastante e vamos caminhar cada vez mais. Hoje, um lema que as pessoas com distrofia muscular estão usando bastante é: cada passo importa. E, hoje, cada passo na inclusão das pessoas com deficiência importa. Vamos dar todos os passos, nós temos aqui na Câmara alguns projetos que interessam às pessoas com deficiência, os quais vamos levar para que sejam aprovados. Obrigado, boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Esse período que nós estamos tendo a possibilidade de falar em nome da nossa bancada, é o transcurso da Semana Municipal de Pessoas com Deficiência, cujo requerimento é de autoria da Mesa Diretora, e quem falou nos representando aqui foi o nosso colega Ver. Brum. Para poder dar um pouco mais não só de atenção ao tema que ora está sendo proposto, queria apresentar alguns dados que nos chamam muito a atenção com relação às pessoas com deficiência. Nós temos no Brasil em torno de 24 a 25 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, isso dá em torno de 14,5% da população brasileira. Nós temos no Rio Grande do Sul em torno de 15,7% de pessoas com algum tipo de deficiência e, em Porto Alegre, 14,5%. Se calcularmos

14,5% numa população de 1,5 milhão pessoas, nós chegaremos a mais de 200 mil pessoas com algum tipo de deficiência em Porto Alegre. E o governo precisa ter os olhos abertos para essa população, que tem uma enorme dificuldade não só de locomoção, mas de se construir política de inclusão na nossa Cidade.

Onde estão todas essas pessoas, mais de 200 mil pessoas? Chamou-me muito atenção o percentual de pessoas com deficiência visual, está em torno de 8,55% a 9% da população porto-alegrense, é muita gente. Com deficiência motora ou que tenha tido algum tipo de acidente, também em torno de 9% da população porto-alegrense. A deficiência mental chega a quase 2%, e por falta de algum membro em função de acidentes chega a quase 1,5% da população porto-alegrense.

Então nós estamos dialogando, na verdade, é com duas possibilidades, creio eu: uma de ter uma política municipal que inclua essas pessoas que têm dificuldade de locomoção e de acessar serviços públicos, e a outra de promover ações e projetos de leis que dialogam, para que a gente tenha tempo de as pessoas não terem a deficiência. Como já aconteceu aqui na Câmara, com o teste do olhinho, com o teste da orelhinha, com o teste do coraçãozinho e, no passado muito distante, porque hoje é uma política que está no pacote do parto na área da saúde em Porto Alegre, quando a mãe ganha bebê, o teste do pezinho. Então, se nós tivéssemos na rede SUS a possibilidade de os testes estarem em vigor, nós estaríamos dialogando com a redução significativa do número de pessoas com deficiência. Então muitas vezes diziam: “Ah, mas o que a Câmara pode fazer?” Pode fazer muita coisa. O que o governo pode fazer? Pode fazer muita coisa. É preciso que a secretaria, enfim, e os governos que se seguem - e aqui não estou falando em ideologia, em partidos - tenham esse olhar diferenciado de poder perceber que esta política é uma política permanente. É como o senhor falou, o nosso patrão aqui do CTG, que recebe o título de honra ao mérito, muito merecido, o Sr. João Carlos, é uma certa obrigação natural das pessoas terem isso automaticamente, como o Nelson falou. Para que ter que salientar algo que alguém se destaca? Porque houve, lá no grupo da patronagem, a iniciativa, seria uma coisa universal e natural que todos os lugares deveriam ter, não só a acessibilidade, como uma política de inclusão. Então, queria dizer aqui que, nessa semana alusiva, nós, da bancada do PT, também nos congratulamos a esse dia tão importante, mas não só por ser alusiva, para cobrarmos, independentemente de qual seja o governo, políticas que dialogam com o segmento, com a dura realidade que nós enfrentamos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB): Boa tarde a todos, nesta homenagem importantíssima, promovida pelo meu colega de partido, o Ver. Paulo Brum, do PTB de Porto Alegre, aproveito para reforçar a importância que tu tens nas conquistas para as pessoas com deficiência no nosso Estado. Tu, realmente, és um

divisor de águas nesse processo, visando a inclusão social das pessoas com deficiência, algo tão ainda pleiteado e necessário. Talvez não faltem leis agora, o que mais falta agora é a fiscalização e que se coloque em prática essas leis tão importantes que tu e os demais batalhadores dessa causa já aprovaram. Temos muito que prosseguir ainda. Quero saudar o Presidente do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, o Sr. Nelson Khalil; o patrão do CTG Pousada da Figueira, já tive várias vezes lá e sempre fui muito bem acolhido. Parabéns pelo fantástico trabalho que desenvolves, principalmente com ações sociais através do CTG. Saudar também o Sr. Guacir de Llano Bueno, presidente da Associação dos Servidores da Área de Segurança, Portadores de Deficiência, do Grande do Sul; e o meu amigo, Jorge Brasil, Diretor de Acessibilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte, além da nossa Presidente Mônica Leal. Não poderia deixar passar esse momento sem usar a palavra. Eu nasci com uma deficiência e, na minha trajetória, realmente tenho certeza que essa minha deficiência foi decisiva para eu trilhar meu caminho político. Foi buscando algo no meu interior que explicasse, que nos ajudasse a superar o preconceito: o preconceito que nós temos conosco e preconceito que a sociedade tem conosco. Para superar esse preconceito, eu tive que buscar no meu interior a solução, a força, e a força está na minha deficiência. Então, eu até me emociono com essas palavras, porque nós, que temos deficiência, sabemos o quanto é difícil conviver em harmonia com a sociedade, não só por falta de políticas públicas, mas também pela questão psicológica que envolve todos os fatores aos quais nós estamos inseridos e temos que superar um a um, e é Deus que aponta. Eu acredito muito no mundo espiritual, acredito muito nesse mundo invisível, nessa energia que nos governa e, se não fosse essa deficiência, eu tenho certeza que eu não poderia fazer da política uma missão divina, não só para as pessoas com deficiência, mas principalmente, para as pessoas que mais precisam, aquelas pessoas das vilas de Porto Alegre. Eu consegui ainda, na minha trajetória, ter a honra de em 2006, ser membro fundador do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, quando eu fui diretor administrativo da Secretaria de Ciência e Tecnologia, a convite do secretário, Khalil, quem me convidou, eu recém havia saído da extinta Febem, como diretor da Fundação de Proteção Especial, por indicação do Ver. Nereu D'Ávila – eu quero registrar aqui o apoio que sempre eu tive do Ver. Nereu, na minha trajetória –, e tive também o apoio do deputado Kalil, como secretário estadual de ciência e tecnologia. Nessa nossa luta, pessoal, vocês são heróis por defenderem junto à sociedade civil, por representarem a sociedade civil, porque nós temos que, cada vez mais, ficar atentos, nos organizar e fazer com que o acesso aconteça, não é Brasil? Eu fui autor de um projeto de lei, que consegui aprovar, em 2012, - e nos reunimos, eu e o Brasil, sobre isso -, que trabalha a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Mas é isso pessoal, o que eu queria mesmo era que registrar a importância dessa semana, tanto a Estadual quanto a Municipal, e o valor do Paulo Brum nessa luta e, principalmente, o valor dos representantes da sociedade civil que estão aqui e que são heróis dessa causa.

Muito obrigado. Estou falando, também, nome da bancada do PTB. Parabéns a todos por esta homenagem justa e devida que o Ver. Paulo Brum está propondo.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Luciano. Registro que o presidente do Conselho das Pessoas com Deficiência, Nelson Khalil, vai ter que se retirar, porque está indo para uma plenária na UFRGS, em função da semana; obrigado pela sua presença.

O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP) Boa tarde, Ver. Paulo Brum que preside a Sessão. Gostaria de cumprimentar o nosso patrão do CTG Pousada da Figueira, que recebe essa justa homenagem do nosso Ver. Paulo Brum e da Mesa Diretora, da qual faço parte.

Gostaria de dizer ao nobre João Carlos Barcelos Guterres que é um prazer receber o senhor aqui na nossa Casa. Essa homenagem ao CTG é de suma importância, eu estive no CTG, quando tive a oportunidade de estar num evento, quando vi ali, realmente, a acessibilidade, quando o senhor me mostrou as dependências do CTG. Está parabéns. Gostaria de cumprimentar o meu amigo, que está sempre presente, o Jorge Brasil que representa o Diretor da Acessibilidade da Secretaria Municipal Desenvolvimento Social e Esporte. Seja bem-vindo, mais uma vez, à nossa Casa.

Nesta Semana da Acessibilidade, comemoramos algo que, realmente, tem sido uma luta para as pessoas com deficiência. Sabemos, Jorge, a dificuldade das pessoas com deficiência na cidade de Porto Alegre. Gostaria de colocar, também o meu gabinete e a Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência a todas as pessoas, a todas as entidades que militam essa causa e trabalham em prol dessa causa das pessoas com deficiência. A cidade de Porto Alegre tem que ter um olhar mais carinhoso para essa população. Sabemos que a dificuldade da cidade é muito grande, as calçadas na cidade, as lojas precisam olhar mais para o seu estabelecimento e fazer a acessibilidade para que as pessoas tenham dignidade, possam entrar nesses ambientes, tenham esse direito, tenham o direito de fazer as suas compras, de ir ao restaurante, ir aos lugares, e que possam chegar lá e não precisem se humilhar para entrar, ou então pedindo favores para o dono do estabelecimento para comprar alguma coisa. Então eu me coloco nessa causa, e sei da importância dessa semana da acessibilidade, a luta que tem sido das pessoas cadeirantes, as pessoas com deficiência visual que têm andado na cidade, os idosos também. Infelizmente, as calçadas estão esburacadas, precisam de um olhar mais carinhoso. Buscamos também, juntamente com o nosso prefeito com os nossos secretários, para que eles possam também cuidar mais da cidade e ver realmente a importância de fazer calçadas, fiscalizar calçadas para as pessoas que precisam se

locomover, precisam andar na cidade de Porto Alegre. Então, eu me somo a essa homenagem tão fundamental e especial da Pousada da Figueira. Estás de parabéns, patrão, como o senhor mesmo falou, o senhor e sua equipe, porque o senhor não faz o trabalho sozinho, tem uma equipe por trás, tem pessoas que lhe ajudam, que lhe auxiliam e que estão aí juntamente com o senhor para cuidar daquele lugar, para que as pessoas ao chegarem lá no CTG, possam se sentir em casa, se sentirem acolhidas, saber que ali vai poder brincar na cancha de bocha, estar juntamente com seus familiares. Parabéns, Ver. Paulo Brum, também por essa iniciativa, e parabéns à nossa Presidente Mônica, que através da Mesa Diretora acolheu esse pedido do nosso amigo Ver. Paulo Brum. Deus abençoe a todos. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Medina. Agradecemos a presença das senhoras e dos senhores e encerramos esta justa homenagem ao CTG Pousada da Figueira, nosso CTG, onde podemos participar ativamente de todas as ações lá desenvolvidas. Agradecemos ao nosso patrão João Carlos e o nosso sempre Diretor de Acessibilidade, Brasil, pela presença. Está encerrada para a presente homenagem.

(Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, vereadores e vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara, público que nos assiste nas galerias, uso esse Período de Liderança para tratar de um tema importante para nossa cidade de Porto Alegre, para o povo porto-alegrense, que é o pedido de *impeachment*, que chegou a esta Casa na semana passada. Sábado, eu estava na Lomba do Pinheiro; domingo, eu estava na Restinga; quinta-feira estava na UFRGS e me surpreendeu o silenciamento em torno de uma questão tão grave quanto a que foi apresentada. A quem interessa esse silenciamento? A quem interessa que a população não esteja a par, frente às graves denúncias que foram apresentadas e que merecem, sim, ser investigadas, merecem, sim, ser esclarecidas? O povo porto-alegrense merece ser informado sobre as graves acusações que esse documento de 194 páginas traz. Nós, inclusive, estamos disponibilizando esse documento para que a população tenha acesso e tire as suas próprias conclusões, caso esta Casa não venha a tomar para si a responsabilidade de encaminhar essa investigação de uma forma mais aprofundada. Nepotismo; descumprimento de lei estadual; descumprimento de lei municipal; Banco de Talentos sem contrato e sem licitação; sede locada em torno de R\$ 111.000,00, por cinco meses fechada, com direito a cinco vagas em garagem para cargos comissionados; cargo comissionado da Procempa negociando tecnologia e favorecendo a sua empresa,

inclusive participando do aumento da passagem de ônibus da cidade de Porto Alegre; enfim, são denúncias graves que a gente acredita que são de responsabilidade nossa, enquanto vereadores, 36 vereadores que representam municipais, que representam trabalhadores ambulantes, que representam o setor do empreendedorismo, que representam as comunidades da nossa cidade, do centro e da periferia. O que nós temos a dizer em relação a essas graves denúncias, como nós nos posicionaremos em relação a isso? Eu acho que essa disputa que está acontecendo entre Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, o próprio Valter Nagelstein, em relação à Presidenta da Casa, Mônica Leal, não pode diminuir o teor grave dessas denúncias que estão sendo colocadas. São oito pontos e nunca foi apresentado para a Casa um documento tão embasado quanto este. Por muito menos, eu vi acontecer a votação do processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma. Eu acho cabe colocar o dedinho na consciência e conseguir minimamente esclarecer à população de por que esta Casa não estará votando as investigações, visto que é tão grave o conteúdo de tudo isso que nos foi apresentado na quarta-feira. E até agora é silêncio: silêncio da RBS, silêncio da Zero Hora. Não vejo isso na pauta da opinião pública. A quem interessa esse silenciamento? Era isso que eu queria colocar. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, como disse agora a Ver.^a Karen, eu poderia, mais ou menos, perguntar: e agora, prefeito, vai se manifestar? Aqui, foram apresentadas questões gravíssimas; nenhuma contestação, ou seja, são verdadeiras. É isso? Esse é o debate. Mas vamos lá: a cidade clama por um prefeito que atue. As senhoras e os senhores foram, no último período, visitar o Parque Chico Mendes, na Zona Norte de Porto Alegre, entre a Chácara da Fumaça e o Rubem Berta? Eu acho que nós deveríamos fazer esse debate, Ver. Oliboni, Ver. Sgarbossa, na COSMAM – Comissão de Saúde e Meio Ambiente, porque o Parque Chico Mendes está a bangu, abandonado, com sujeira, desova. Não há controle do Chico Mendes, um dos lugares mais importantes para aquela região. Na verdade, deram uma arrumada, finalmente, na Praça México, mas é uma praça, não é um parque. Eu também diria o seguinte: visitem o Mascarenhas de Moraes, não está bem; visitem o Knijnik, não está bem; ou seja, os parques em Porto Alegre estão abandonados. Há uma praça grande, que também chamaram de parque, mas não tem sustentação técnica e legal, na subida da Av. Protásio Alves, a Marcos Rubin. Olhem as lixeiras do Parque Marcos Rubin! Quem é que limpa aquelas lixeiras? Há foco de mosquitos, e sem discutir aqui o nome daquele parque. É bom lembrar, leiam o livro do Walter Galvani, porque tem que lembrar um pouco da história também. Esse cidadão chamado Marcos Rubin botou abaixo a casa dos Farroupilhas – não esqueçam disso, anotem –, mas ele tem o nome de um parque maravilhoso. Anotem: foi ele quem botou abaixo, contra as determinações da prefeitura

da época, apenas anotem isso. Eu vou adiante: qual a política de limpeza urbana que temos em Porto Alegre? Hoje eu recebi fotografias da Av. Paraná, da frente de uma instituição pública estadual, um caos. Disseram-me que tomarão atitudes. Eu espero que tomem atitudes. O Centro Histórico fede; as lixeiras não são limpas, como nos prometeram limpá-las. A mistura de lixo seco com lixo orgânico é inacreditável! Mas perguntem ao DMLU, Carús, se existe um folheto de orientação e educação ambiental, não tem, já solicitei várias vezes. Eu fiz um material educativo sobre a reciclagem. Agora fico sabendo que não está havendo, Sgarbossa – V. Exa. apresentou várias vezes essa demanda aqui –, o pagamento, o repasse para os galpões de reciclagens. Esse tema V. Exa. já desenvolveu aqui, e hoje apareceu novamente esse problema. O Brasil está em chamas, e nós não conseguimos cuidar do lixo de Porto Alegre, da limpeza das praças e dos parques, sem falar na condição do Guaíba.

Esperem o verão chegar! Esperem o verão chegar! Não podemos mais continuar nessa situação. O povo clama, e nós repercutimos aqui: cuidem de Porto Alegre! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; espero que esta semana seja uma semana mais tranquila do que foi a semana passada, não porque a gente queira fugir do debate. Hoje, eu venho à tribuna, Ver. João Carlos Nedel, que é presidente do PP, para dizer aos meus queridos colegas vereadores que, nesse final de semana, no sábado precisamente, o MDB de Porto Alegre, de todo o Rio Grande do Sul, fez as convenções municipais. Aqui, em Porto Alegre, a bancada de vereadores do MDB, os cinco vereadores que estão aqui na Câmara e mais a Ver. Comandante Nádia que está, no momento, de secretária, apresentaram e apoiaram a candidatura do Ver. André Carús para presidente do MDB e, por consenso, com apoio das figuras proeminentes do MDB do Rio Grande do Sul, com Pedro Simon, Ibsen Pinheiro, Luis Roberto Ponte, o ex-prefeito Fogaça, enfim, as figuras por quem nós temos o maior respeito estavam lá na convenção para apoiar essa renovação. Nós temos um presidente jovem, vereador, inteligente, que é o Ver. André Carús. Temos certeza, Ver. Carús, que V. Exa. fará uma grande presidência. O Ver. Valter Nagelstein esteve na convenção, aliás, está na executiva também como ex-presidente, a Ver.^a Lourdes esteve lá, a Ver.^a Comandante Nádia esteve lá também. Foi uma festa do MDB de Porto Alegre, que tem a responsabilidade, inclusive tratada no sábado, de fazer frente àquela executiva nacional, agora, no mês de setembro, quando haverá a convenção nacional do partido. O MDB de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, fará um enfrentamento a essa turma. Nós não temos nenhum problema com o Nordeste e com o Norte, nós temos problemas com as nossas lideranças do MDB do Nordeste e do Norte, que arrastam o partido sempre por um caminho que não

desejamos, não é aquilo que o senador Pedro Simon pregou a vida toda. Então, Ver. Carús, receba aqui o nosso aplauso, aplausos da bancada, do partido, da renovação, e eu desejo que o senhor consiga conduzir o nosso partido para o futuro aqui, em Porto Alegre. Não podia deixar de agradecer de público ao ex-presidente, o Antenor Ferrari, que conduziu o partido para algumas vitórias, como a do prefeito Fogaça, ele estava presidindo na época; depois, o Ver. Melo, que foi guindado a vice-presidente, estava o nosso Ferrari, a testa do partido, e prestou um grande serviço. Então, um agradecimento especial em homenagem ao presidente Ferrari, que abriu mão de disputar e seguir na presidência e também optou pela renovação. E a renovação caiu em cima do jovem talentoso Ver. André Carús. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu falo em período de liderança da bancada de oposição, portanto agradeço aos colegas do meu partido, PSOL, e aos colegas do Partido dos Trabalhadores. Venho à tribuna para me manifestar, já que, na semana passada, não foi possível, visto que nós temos aqui a formalização de um pedido de *impeachment* do prefeito, Sr. Nelson Marchezan Júnior. Na quarta-feira da semana passada, não tivemos manifestações de lideranças e, na quinta-feira, eu ainda estava analisando o pedido. Havia pedido, durante a reunião de Mesa e lideranças, para a Ver.^a Mônica Leal, Presidente desta Casa Legislativa, que nós pudéssemos apreciar e votar este pedido de *impeachment* hoje, na segunda-feira, e a vereadora me alegou que, nas outras vezes em que os pedidos foram feitos, eles foram colocados no dia seguinte. E ela, como queria manter o rito desta Casa Legislativa, o rito que estava sendo adotado pelos presidentes anteriores, iria colocar na sessão subsequente à chegada do pedido, do protocolo do pedido nesta Casa Legislativa. Portanto, se recebeu quarta-feira de manhã, colocou na quarta-feira à tarde. Eu falei com a Ver.^a Mônica Leal, disse que gostaria de ter mais tempo para avaliar as argumentações desse pedido, e a vereadora disse: “Olha, o que a Casa tem seguido até agora é o que eu vou manter”. Lamentei o fato, pedi mais tempo, mas, infelizmente, a nossa Presidente decidiu seguir o que vinha sendo adotado. Pude então, já que não houve quórum na sessão para a votação do pedido de impedimento, me debruçar com mais calma e mais tranquilidade sobre o pedido. Senhoras e senhores, existem alguns argumentos que são ruins. O descumprimento da lei estadual sancionada pelo governador Eduardo Leite das casinhas de cachorro é muito fraco, sinceramente, mas existem algumas coisas que nós não podemos fechar os olhos – não podemos fechar os olhos! O descumprimento da lei municipal criada pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior, que criou um novo ordenamento administrativo para esta Cidade, colocando justamente o setor de conservação de vias urbanas dentro da Secretaria de Infraestrutura, depois, à revelia e sem pedir autorização para esta Casa parlamentar,

jogando essa estrutura para dentro da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SMSUrb, é crime de responsabilidade. Não pedir autorização, alocar recursos para essa pasta e deslocá-los para outra secretaria sem autorização da Casa Legislativa, isso é crime de responsabilidade sim! E nós devemos nos aprofundar, munidos da responsabilidade que a Constituição Federal determina aos legislativos a fazer análise documental, juntar justamente as peças orçamentárias dos anos passados para fazer avaliação do quanto de recursos que foram trocados de rubricas e colocados dentro da SMSUrb. Senhoras e senhores, cabe-nos a avaliação e abertura de um pedido da análise do pedido. Eu subo aqui, como liderança de oposição, para dizer que esta Casa deve abrir um processo de impedimento. A comissão que vai avaliar vai fazer a avaliação dos documentos, vai chamar as pessoas, vai inquiri-las, e depois o plenário vai julgar. Isso não é um pré-julgamento, como foi colocado na semana passada por algumas pessoas; não estamos pré-julgando, avaliaremos com maior detalhamento as denúncias que foram feitas, e elas são muito graves. Fica na consciência de cada um e cada uma como vai se posicionar frente a isso, já que temos denúncias pesadas e outras bem fracas. Essa da lei estadual, por favor, não seria ela que me motivaria a votar a favor, mas a reestruturação administrativa da Prefeitura e deslocamento de recursos de uma pasta para outra ferindo a lei orçamentária e passando por cima deste Legislativo, isso é crime de responsabilidade sim, e devemos nos ater a esse fato. Uma boa-tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras e público em geral. Primeiro, eu gostaria de falar que, no ano passado, quando eu estive aqui por alguns dias como suplente de vereadora, no lugar do falecido e saudoso Tarcísio Flecha Negra, eu fui autora de um projeto que instituiu, no calendário de Porto Alegre, o dia 26 de agosto o Dia do Cuidador Voluntário, hoje, que é a data do nascimento da Madre Teresa de Calcutá, uma das maiores cuidadoras voluntárias da história da humanidade. Então hoje comemoramos, através desse projeto que foi aprovado, o Dia do Cuidador Voluntário.

Gostaria de falar a respeito dos fatos citados na denúncia do prefeito Nelson Marchezan que merecem ser investigados por esta Casa, porém a abertura de um processo de *impeachment* é uma medida extrema que só deve ser utilizado em casos que tenham fortes indícios de responsabilidade pessoal do prefeito; não entendo ser o caso. Por essa razão, eu voto contra o pedido de abertura do *impeachment* e a favor da criação da CPI. A CPI não é um processo de *impeachment* e, sim, um meio adequado, pelo qual a Câmara terá condições de investigar os fatos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Mônica. Quero saudar os colegas vereadores, o público que nos assistiu aqui e pela TVCâmara. Quero me manifestar a respeito do pedido de *impeachment* do Marchezan e a votação de admissibilidade, que logo mais devemos encaminhar, da mesma forma com que eu encaminhei na sessão anterior, de quinta-feira. Eu subscrevo boa parte dos argumentos que o Ver. Prof. Alex Fraga trouxe à tribuna. A mim, e também ao partido NOVO, causa um desconforto em votar em contrariedade à admissibilidade por entender que, primeiro, a admissibilidade não é um julgamento e, sim, um aprofundamento daquilo que está posto nas denúncias oferecidas. Segundo, no tocante às denúncias oferecidas, diversas delas não se sustentam e acredito que são bastante frágeis. Inclusive, acho que ninguém aqui é ingênuo de achar que esse pedido foi um pedido que surgiu do nada. Na verdade, foi profundamente estudado, vem de dentro da própria Prefeitura, ele tem interesses para além dos interesses que estão postos, mas também político-partidários. Eu entendo que há um debate político acontecendo e Marchezan não recebeu esse pedido à toa, já é o quarto. Isso também se deve muito da relação que o próprio prefeito tem tido com a Câmara de Vereadores, bem como com a sua base de governo e tudo mais.

Para além do debate político-partidário, para além desses temas, eu acho que nós, enquanto ente legislativo, em que uma das nossas responsabilidades é a fiscalização do Executivo, não nos cabe, a mim, enquanto parlamentar, e ao diretório do NOVO, que também entende dessa forma, se omitir com relação ao pedido de apuramento de investigações sobre o conteúdo, especialmente aqueles conteúdos mais concretos, não os frágeis, que dizem respeito aos temas do nepotismo, do favorecimento, os quais citei na minha fala anterior na semana passada. Então, por isso, não vejo nenhuma outra saída, enquanto responsável pela fiscalização do Executivo, de votar a favor da admissibilidade, entendendo que ela pode permanecer, pode, na verdade, esclarecer mais esses pontos, ainda que eu entenda que ela não seja aprovada. Eu acho que faz parte do Parlamento aprová-la ou rejeitá-la, mas eu acho que, sim, cabe ao governo fazer esses esclarecimentos, inclusive sendo um parlamentar independente que tenha votado muito junto com o governo e que concorda com boa parte da agenda que prefeito Marchezan tem colocado para nossa Porto Alegre. Eu acho que Porto Alegre tem tido uma gestão bastante diferente do que nós víamos no passado, mas, muito embora eu concorde com boa parte dessa pauta, dessa agenda de governo, eu não posso aqui me omitir da responsabilidade de exigir que sejam feitos esclarecimentos. Acho que será bom para o governo, inclusive, botar luz nessas questões, inclusive vire a página e permita, então, que nós tenhamos um próximo ano e meio de encaminhamento final de todas as diversas iniciativas – muitas tem tido meu apoio –, pois acho que estão corretas, que apontam para o desenvolvimento da nossa Cidade, que apontam para aquilo que uma cidade precisa olhar e fazer, se quiser ser uma cidade melhor para nossos cidadãos, para os investidores, para quem empreende, e tudo mais.

Então, aproveitando este tempo de liderança, coloco a minha posição de voto, muito embora tenha certeza de que ela não interfere na minha análise, independente que será feito de todos os demais projetos, como já vem sendo feito desde o início de meu mandato, com responsabilidade, com transparência, obviamente focado naquilo que é diretriz do NOVO, que é valor do NOVO e que a gente tem defendido sempre que nos cabe, independente de quão popular seja a iniciativa. Muito obrigado a todos pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airton Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Presidente Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, acompanhando a evolução da gestão política no País, nós passamos a perceber, num determinado momento da história, que se precisa da governabilidade – esse é o termo que se usou para virar este País na bandalheira do século, comparado com a maioria dos países do mundo. A governabilidade foi trazer a maioria de deputados, vereadores e senadores para votar “sim” naquilo que os Executivos dizem – isso virou uma negociata sem fim e vergonhosa. A esmagadora maioria das leis deste País, a começar pela reforma da previdência... Deveria ir para cadeia quem votou favorável, com todo respeito, em troca de dinheiro de emenda particular, um fiasco generalizado!

Outra questão, agora, é que está nascendo o *impeachment*. O prefeito, o governador e o presidente da república para não serem sujeitos ao *impeachment* precisam, no mínimo, de um terço e mais um dos parlamentares. Se não tiver um terço e mais um, a irresponsabilidade campeia, e para tirá-los é de uma facilidade enorme. Se fizeram isso com a Dilma, que foi um crime nacional, eu me admiro o PT votar favoravelmente ao *impeachment* – eu me admiro o PT! O que fizeram com a Dilma não se faz nem com cachorro louco, com todo respeito. Também, com todo respeito, a dona do CC, que perdeu o CC, que apresentou essa peça, como já foi dito aqui, muito bem fundamentada. A peça muito bem fundamentada teve, sim, o seu início lá na perda do CC e nessa eu não caio. Eu não sou bobo a esse ponto! Não voto favorável, primeiro, por responsabilidade. Tenho os meus mandatos, estou aqui há 30 anos, nunca votei, nem vou votar favorável a isso, e muito menos quando a questão é meramente política e tenta ver a força que tem o governo. Eu, como vereador independente que sou, voto contra o pedido de *impeachment*. E repito: evitemos a governabilidade deste País e nesses Parlamentos que são um acúmulo de ladroeira bem-sucedida contra os interesses do povo brasileiro. Um abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Vereadores, rapidamente, porque o tempo é curto, eu queria chamar atenção novamente do governo e dos vereadores que estão no plenário. Eu tenho falado sobre a PPP da Iluminação e tenho reafirmado que eu já apontei alguns pontos que gostaria governo trouxesse a explicação. Estive no debate duas vezes com secretário de parcerias estratégicas, o Thiago, foi um belo debate, em altíssimo nível. Eu tenho registrado algumas coisas, ao meu ver, há uma dúvida sobre um possível direcionamento. A segunda questão é que eu não acho vantajoso para o Município, não está comprovado, Mauro, a vantajosidade do projeto, tem que estar publicizado para que a gente possa fazer o bom debate. Como eu tive acesso às informações, fui atrás delas, então, me debrucei sobre esse assunto, nesse final de semana. Queria fazer aqui uma conta de padeiro, que tu entendes bem, Mauro, porque tu és do ramo, mas quero te dizer, mais ou menos, o que significa. Significa o seguinte: o Município tem R\$ 92 milhões em caixa; a PPP, o edital está em R\$ 770 milhões. O que significam os R\$ 770 milhões? Que a Prefeitura vai receber o dinheiro da contribuição da conta da luz lá, da Taxa de Iluminação, vai descontar o custo da iluminação que fica com a CEEE, vai ser repassado para o Município na casa de R\$ 3,210 milhões por mês, multiplicando isso por 240 vezes, que são os 20 anos, nós vamos chegar aos R\$ 770 milhões – esse é o cálculo. Então, a empresa que ganhar vai receber um repasse de R\$ 3,210 milhões para implementar, então, os benefícios da iluminação, a substituição do sódio pelo LED, certo? Bom, o negócio é o seguinte: a colocação das luminárias pode ser feita em até dois anos, Ferronato. Significa o seguinte: os R\$ 3,210 milhões por mês, em dois anos, dá setenta e poucos milhões, o que significa que é o custo para trocar todas as luminárias. Então, quem ganhar não vai botar dinheiro nenhum, vai só arrecadar R\$ 3,210 milhões, vai botando no seu caixa e vai pagar as luminárias, perfeito? O que acontece, Ferronato? As luminárias dão uma eficiência – estou botando por baixo, porque vai dar mais – de 30%. De R\$ 3,210 milhão em eficiência significa R\$ 1 milhão por mês. Então, de R\$ 3.210 milhão, o bônus é da empresa ganhadora, vai botar mais R\$ 1 milhão no seu caixa; R\$ 1 milhão vezes 19 anos – eu multipliquei aqui por 228 meses – significa que vai dar mais R\$ 228 milhões. Significa que não são mais R\$ 770 milhões o negócio, é R\$ 1 bilhão.

Entenderam a matemática? Cassiá, tu que está entendendo a matemática? Eu me disponho a sentar com alguns que queiram saber. Aqui é matemática pura, Ferronato. O negócio não é R\$ 770 milhões, é um R\$ 1 bilhão. Significa o seguinte: a empresa não vai colocar R\$ 1,00! Vocês entenderam? Esse é negócio que nós estamos fazendo. Eu estou chamando atenção porque amanhã é o PT que está governando a Cidade, amanhã é o PP, a amanhã é o MDB, PDT, PSD, Solidariedade. E os prefeitos que passarem vão dizer: “Peguei aqui uma bucha!”.

Eu queria mostrar um vídeo, eu citei a questão do secretário adjunto, ele foi selecionado pelo Banco de Talentos, que está aí em discussão. Nós fizemos um debate, perguntei o seguinte... Eu gostaria que vocês escutassem, por gentileza.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): O Fernando é o secretário adjunto. Este é o atual.

Agora ele diz que não conhece. Aliás, quero elogiar aqui a postura do secretário Thiago, de altíssimo nível, o debate foi em cima de números técnicos, para dizer que o governo também já não reconhece... Eu quero chamar a atenção de que o Fernando veio de uma grande consultoria que está auditando várias PPPs aqui do Brasil, ele assume a secretaria adjunta, monta o projeto, sai e volta para essa empresa que, com certeza, será uma daquelas que vão auditar, será uma das “Big Four”, eu não quero aqui ficar falando nome, mas esse rapaz mudou o lado do balcão. Eu quero que o governo traga explicações, porque o secretário Thiago ficou numa saia justa, porque ele disse que conhecia, elogiou o rapaz e depois disse que não conhecia. Na verdade, é uma orientação do governo de dizer: “Olha, já foi embora...” Mas, enfim, nós estamos diante da maior obra de infraestrutura e eu ainda tenho muitas dúvidas. Esta semana será listado, pela Bolsa de Valores, a um custo altíssimo; o que todos nós queremos é que as obras aconteçam. Os municípios, em regra, têm buscado PPPs para fazerem as suas obras de infraestrutura. Então que nós façamos aqui o nosso papel: um bom debate. O governo vem, explica a vantagem, a licitação vai se encarregar, então, de poder ter o melhor ganhador e o melhor projeto para a cidade. Ver. Mauro Pinheiro, o que este vereador já fez, o vereador Moisés Barboza vem a esta tribuna e diz o seguinte: “Olha, vão ao Ministério Público”. Eu quero dizer que convidei alguns colegas, fomos ao Ministério Público, entregamos, estamos aguardando uma resposta, mas eu gostaria de escutar o governo sobre esse assunto, porque nós não estamos tratando de uma obra simples, nós estamos tratando da maior obra de infraestrutura que esta Cidade já teve. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Tendo em vista o inciso II do artigo 5º do Decreto Lei nº 201/67 (Lê.): “O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo: II - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator”.

Como não houve quórum na sessão passada, e agora todas as lideranças que desejaram se manifestar já o fizeram, vamos colocar em votação a admissibilidade do pedido de *impeachment*.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, por favor, eu sempre reclamo que o pessoal perdeu a aula de hermenêutica, mas eu também estou sofrendo disso. Eu tenho algumas dúvidas em algumas páginas, eu li e reli as páginas 74, 83, 91, 112, 124 e 123. Eu não entendi essas páginas, então, gostaria que sejam lidas de novo para nós entendermos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Idenir Cecchim, eu já li todas as páginas, e foi distribuído para todos os vereadores pelo SEI e pelo e-mail. Eu não sou denunciante, eu sou Presidente da Câmara, eu tenho que respeitar o rito desta Casa e não tenho como explicar nada, mesmo por que eu não sou advogada. Então eu estou, na íntegra, respeitando o Regimento e também a Lei Orgânica.

Gostaria de informar que o nosso painel eletrônico não está funcionando, por essa razão, faremos a chamada nominal dos vereadores para a coleta dos votos. Convido o nosso secretário, Ver. Alvoní Medina, para que proceda a chamada nominal dos vereadores. Na medida em que forem chamados, solicito que, por favor, venham até o microfone de apartes e registem seus votos. Esclareço que o voto “sim” recebe o pedido de *impeachment* e o voto “não” rejeita o pedido.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Pedido de Admissibilidade do *impeachment* contra o Prefeito Nelson Marchezan Júnior. Solicito ao secretário, Ver. Alvoní Medina, que proceda à chamada nominal para apuração dos votos. (Pausa.)

SECRETÁRIO *ad hoc* ALVONI MEDINA (REP): (Procede-se a chamada nominal.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (Após a chamada nominal.)
REJEITADO o Pedido de Admissibilidade do *impeachment* contra o Sr. Prefeito Nelson Marchezan por 11 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Presidente, só quero deixar claro aqui o seguinte: aqui, cada um vota como quer. Cada um vota como quer e não tem que dar explicação para ninguém. Se votei sim ou não, ou vou responder para esse ou aquele, eu voto como eu quero e ninguém diz o que eu tenho que votar aqui, porque eu não me meto em voto de vereador! Então também não aceito que venham com zum-zum-zum no meu ouvido. Sou bem claro e bem tranquilo, se tiverem alguma coisa contra mim... Eu expliquei, sim senhor. Agora não vem com esse papo, vereador, de querer, sabe, “eu vou te responder”! Tu não tens que responder nada para mim, tens que responder para o povo! O que é isso, cara? Não te atravessa na minha que tu não me conheces.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro Ver. Paulinho Motorista.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Entendo que esta matéria está superada, V. Exa. já proclamou o resultado. Nós queremos requerer uma alteração na ordem de priorização de votação, para votar um requerimento de homenagem ao Barranco.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Reginaldo Pujol, assim que abrir a Ordem do Dia, eu coloco em votação.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Presidente, só queria deixar registrado que nós estamos numa democracia, e o Ver. Paulinho Motorista explicou seu voto aqui, fez uma justificção do seu voto e abriu o debate, sim. Nós estamos numa casa política e eu não aceito nenhuma censura; aqui é a casa da liberdade de expressão. Assim como ele expressou suas razões, eu refutei e expressei as minhas. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Professor Wambert. Eu peço a gentileza dos senhores para que eu possa dar continuidade à sessão.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidente e plenário da Câmara, nossa declaração de voto em relação à votação que acabou de acontecer: “Os partidos que subscrevem esta declaração são favoráveis a que os fatos levantados mereçam investigação. Salientamos que em outras situações não apoiamos o pedido de impedimento por entender diferente do pedido atual. Neste caso, as denúncias são apresentadas por pessoa ligada à base dos partidos do governo; por isso, propomos desde já a abertura de uma CPI”. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Marcelo, por favor, encaminhe o documento à Mesa.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a sessão de quinta-feira, dia 29 de agosto de 2019.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h07min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0985/17 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 105/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui a Política Municipal do Artesanato e cria o Comitê Municipal do Artesanato – CMA – no Município de Porto Alegre.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela manutenção do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 15-08-19 (quinta-feira).

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 105/17, com Veto Total. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão, nesta segunda-feira. O governo veta mais um projeto da Câmara Municipal de Porto Alegre, iniciativa de vereador, neste caso, este vereador que vos fala, e trabalha com a lógica de abrir uma discussão na Cidade sobre a política de artesanato, artes plásticas, culinária e antiguidades na nossa Cidade. Nós não temos um conselho municipal de artesanato. Havia e há uma enorme rejeição do governo quando se fala em criação de conselhos, e parece que o prefeito não quer ter próximo a ele alguém que discuta a política, seja ela na saúde, na educação, na assistência, mas também agora o artesanato, sobre as feiras de artesanato na Cidade. Nós temos muitas feiras que foram constituídas por projeto de lei: do Brique da Redenção, aos sábados; do Brique da Redenção, aos domingos; da Usina do Gasômetro; Praia de Ipanema e tantos e tantos outros espaços que acontecem nas praças de Porto Alegre, todos por projetos de lei. Acontece que, em Porto Alegre, nós temos, aproximadamente, mais de dez mil artesãos, nós poderíamos dizer mais de 20

mil pessoas que vivem do artesanato, artes plásticas, culinária e antiguidade nessas feiras, a maior parte deles é para agregar renda porque a aposentadoria não sustenta mais a família. Nós criamos um projeto de lei criando um comitê para discutir essa política para não fazer cada feirinha aberta um projeto de lei. O prefeito negou para nós a ideia de construir um comitê para discutir essa política. Obviamente, continuará, então, os projetos de lei criando feiras em diversos lugares da Cidade. Eu avalio, do ponto de vista de gestão do prefeito municipal, independente de quem está aí hoje, de que isso era muito importante porque na medida em que os conselhos têm uma certa deliberação não autorizativa, mas deliberativa, ele se constitui como um apoiador das políticas da Cidade e que não precisa a todo momento incidir na Câmara ou no próprio governo, na Secretaria de Indústria e Comércio, a criação ou a regulamentação de algumas feiras. Nesse sentido, fico muito triste, mas não há como não aceitar a ideia de poder avaliar o veto, e peço aos colegas vereadores para derrubarem o veto, porque, sinceramente, se o governo se preocupa com uma simples ideia ou uma ideia tão simples, mas que dialoga com um segmento tão importante, que precisa de uma renda para sustentar sua família, não precisaria vetar. Era simplesmente aceitar a ideia e criar um comitê, porque, no comitê, a maior parte dos representantes é do governo e os demais, entidades ou feiras que já são constituídas na cidade. Infelizmente, o prefeito disse “não”. Cabe à Câmara agora se pronunciar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 105/17, com Veto Total.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, pretendo ser bastante breve no meu encaminhamento, falando, em nome do meu partido PSOL. Portanto, em nome dos colegas, Roberto Robaina e Karen Santos, venho manifestar nossa posição favorável ao projeto de autoria do Ver. Aldacir Oliboni e contra o veto total imposto pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior. Senhoras e senhores, Porto Alegre está se tornando progressivamente uma cidade feia, uma cidade descuidada, uma cidade hostil às pessoas, que tem privilegiado, ao longo do tempo e agora cada vez mais, aprofundar-se nas questões relativas ao isolamento das pessoas. Os espaços múltiplos em que as pessoas podem socializar, entrar em contato umas com as outras, estimular a pequena economia nas diferentes regiões de Porto Alegre, tudo isso deveria ser valorizado. Na contramão da sociabilidade e em favor do isolamento individual, a Prefeitura acredita que grandes movimentações ou grandes iniciativas são aquelas que visam apenas estimular o desenvolvimento da megaconstrução favorável a empreendimentos de grande porte, como a construção de grandes empreendimentos, de grandes centros de compras, *shopping centers*. Ampliando a área de possibilidade de construção nos mercados de Porto Alegre, nós estamos cada vez mais sufocando as pequenas iniciativas, aquelas que induzem o cidadão a se aproximar de outros. Essa condição de vida na qual estamos progressivamente nos distanciando uns dos outros,

faz com que nos coloquemos numa posição hostil à humanidade. Atividades como pequenas feiras de artesanato, agricultura familiar e venda de produtos produzidos pela população da zona rural da nossa cidade, essas pequenas coisas que nosso dia ou até mesmo uma vez por semana permitiria uma sociabilização mais ampla da nossa cidade, estão cada vez enfraquecendo mais. Essa sociedade porto-alegrense que está sendo estimulada por uma gestão cada vez mais contra as pessoas e a favor do isolamento é o que estimula a insensibilidade e favorece a violência. Não nos damos conta que pequenas ações, como a estimulação das pessoas a produzirem, a exporem os seus produtos e a comprar produtos manufaturados, como por exemplo o artesanato produzido na nossa cidade, poderiam estimular as pessoas justamente a conviver mais e essa convivência cotidiana faria com que as pessoas diminuíssem o endurecimento dos seus corações. Portanto, sinceramente, eu não espero que o Executivo ou o prefeito, que têm sido muito hostis com as pessoas, com as comunidades e com a nossa querida Porto Alegre, tomem um rumo menos duro. Agora, vetar um projeto como este para constituição e estimulação do artesanato numa cidade... Se o prefeito não quer investir em educação, a Prefeitura não tem projeto pedagógico para esta cidade, ela quer comprar o milagre da iniciativa privada. Se não estimula a música, se não estimula a arte, vai estimular o quê? Que as pessoas fiquem trancafiadas dentro das suas casas, construam muros cada vez maiores, cercamento eletrônico em suas residências e fiquem se relacionando por mídias virtuais? É para esse caminho que estamos rumando, e esse tipo de veto fortalece ainda mais este isolamento. Por isso nós votaremos contra o veto do prefeito e a favor da socialização e da humanidade entre os seres humanos. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 105/17, com Veto Total.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o artesanato na cidade de Porto Alegre é importante, muito importante. Estamos aqui na frente do Ver. Pujol, que criou o Brique da Redenção, foi o primeiro a olhar para o artesanato. O senhor tinha comitê na época? Não, mas o senhor ouvia as pessoas. O PT, Ver. Aldacir Oliboni, também criou feiras, valorizou – temos que fazer justiça. Veio o prefeito Fogaça, eu tive a honra de ter sido seu secretário da indústria e comércio, e naquela época, oficializamos o brique de sábado, que é um sucesso! Por quê? Porque no sábado dá para passar com os carros lá, e o brique de sábado, em vendas, é maior do que o brique de domingo. Lá estão muitas bancas de artesanato. O Ver. Valter foi secretário, continuou prestigiando o brique de domingo, de sábado e tantos outros. Então isso é uma coisa da cidade que sempre funcionou e tem o maior respeito de todos nós. Quantas feiras de artesanato existem na cidade? Muitas delas sem licença, e me parece que agora, com essa lei que foi votada no Congresso Nacional, muitas dessas licenças passam a ser desnecessárias, há apenas

autorização para estarem em alguns lugares. Então, faço esta fala para dizer que a intenção do Ver. Aldacir Oliboni foi boa por um setor do artesanato, mas também quero dizer que não é necessário o comitê, as pessoas do artesanato vivem e sobrevivem por suas expensas. Acho que, quanto menos comitê, conselho e assim por diante tiver, o artesanato de Porto Alegre sobrevive com muitas dificuldades, mas sobrevive pelo trabalho de cada artesão que faz o seu trabalho e tenta vender no brique de sábado e domingo, nas feiras que têm pela cidade. Vamos prestigiar o artesanato comprando, mais do que um comitê, os nossos artistas precisam vender os seus produtos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 105/17, com Veto Total, pelo governo.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, eu acho que está muito correto o veto. Ver. Aldacir Oliboni, com todo respeito, mas nada obsta que as organizações se auto-organizem. Para que precisa criar penduricalho estatal? Para que precisa criar conselho? Para que precisa de fomento do poder público, de tirar recurso de onde já não tem? Como disse o Ver. Idenir Cecchim, o Brique da Redenção se auto-organiza; a feira de sábado se auto-organiza; a feira de antiguidades do Mercado Público – eu coloquei, por lei, no mercado – se auto-organiza; a feira do gibi e do disco de vinil, do Ver. Adeli Sell, se auto-organiza; a feira de artesanato da Tristeza, criação do Ver. João Carlos Nedel, se auto-organizou. Nada disso precisou de conselho, de estrutura estatal.

Eu quero concordar com o Ver. Idenir Cecchim. O Ver. Cassio Trogildo está trabalhando na revisão dos alimentos orgânicos, um outro o grupo de feiras que se auto-organizou. O que nós criamos aqui foi o regramento, Ver. João Bosco Vaz, em 2012, um decreto do meu período. Criamos o SIM Vegetal, o SIM Animal e a regra, a base legal das feiras dos orgânicos, mas as organizações têm que ser autogeridas, autossustentáveis e têm que ser privadas. Não tem nada a ver com estatal nem com o poder público, e não tem que precisar de poder público. O que precisa de poder público, o que gasta de poder público é porque não tem eco na sociedade, é porque não tem respaldo na sociedade. Elas têm que se auto-organizar, se autogerir, e o que o poder público pode fazer é algo que eu lamento muito tenha sido extinto aqui: o Programa Municipal de Microcrédito – isso, sim, é importante para essas feiras, microcrédito produtivo e orientado, recurso e formação. Pode-se fazer uma parceria com o Sebrae, por exemplo, para dar. Nada obsta também que o governo municipal, através da antiga SMIC, onde eu, o Cecchim, o Goulart e o Pujol fomos secretários, possa articular, junto com Sebrae, cursos de qualificação na gestão dessas pessoas. O artesão precisa ter noções de fluxo de caixa, de *marketing*. Essas coisas são boas, e o Sebrae pode dar, não precisa de novo ser estatal. Aliás, se recolhe recursos para sustentar o Sistema S exatamente para isso. Então, acho que está muito correto, por um lado, o veto, e está

muito errado o Ver. Oliboni, quando vem aqui na tribuna dizer que o governo faz uma opção de não apoiar o artesanato. O artesanato não precisa disso, não precisa dessa visão, ele precisa de microcrédito, ele precisa de curso de formação, ele precisa de autogestão, mas não precisa estar pendurado – desculpe a expressão – nas tetas do Estado para sobreviver. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 105/17, com Veto Total.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Presidente Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras, em qualquer lugar do mundo o artesanato é uma das atrações que representa a sua cultura, que representa o fazer das comunidades, que representa o que há de essência na afirmação cultural, gera emprego, gera renda, gera qualidade de vida. Quem de nós, quando anda em outras cidades, não pergunta onde tem o artesanato típico da cidade ou da região para que nós possamos levar uma lembrança? O Ver. João Carlos Nedel coordena a Frente Municipal do Turismo, um dos pilares do turismo é o pessoal que faz artesanato. Eu creio que quanto mais motivá-los para que possam se auto-organizar, quanto mais motivá-los para que possam fazer do artesanato uma política pública municipal, melhor. O que o Ver. Oliboni propôs aqui e a Câmara já aprovou, com 23 votos, e agora o prefeito pede para vetar? Propõe que essas diversas feiras que existem, que já foram citadas aqui por colegas, que o A ajudou a construir, que o B incentivou... Eu lembro aqui de inúmeras leis que nós votamos de colegas de todos os partidos aqui, criando feira, reconhecendo feira, reconhecendo artesanato, e nós sempre aprovamos isso. Portanto, fazer essa liga, propiciando que todos eles se reúnam num comitê municipal, inclusive, para gerir bem o espaço público... O projeto, em nenhum momento está colocando recurso ou está colocando dinheiro público, ele está dizendo que fica instituída uma política municipal do artesanato e cria um comitê municipal do artesanato, no Município de Porto Alegre. Todos nós sabemos que em Porto Alegre tem milhares de artesãos. Para que serve uma Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico se não é para fomentar política para todos os segmentos da cidade? E o Legislativo para legislar. No momento em que se sentiu a necessidade de propor um instrumento maior, que dê esse potencial, que possa se referenciar, que possa analisar, que possa verificar todo o tema do artesanato, inclusive... Agora nós estamos começando a Semana Farroupilha, e aqui, nesta Casa, já foi discutido umas trezentas vezes que nós deveríamos trabalhar para que o Parque da Harmonia se tornasse um parque temático permanente, trazendo ali a sua cultura, seu artesanato, a sua culinária, a sua música, a sua dança. Se tiver um comitê que debata e organize isso, que proponha uma auto-organização e leve para o Executivo poder implementar. São visões diferentes, aqueles que quer acabar com o Estado e aqueles que dizem que o Estado tem que ter, junto com as comunidades, um papel organizativo e fomentador. Por isso, repetir o voto aqui dos vereadores que já aprovaram este projeto

é, no mínimo, uma medida de reconhecimento a tudo que foi feito até agora. Este projeto é de 2017, portanto, já faz dois anos que ele tramitou e foi aprovado. A visão proposta da atual gestão é acabar com tudo, com todos os conselhos, com toda a possibilidade de auto-organização da cidade. Então, aqui uma referência propositiva. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 105/17, com Veto Total.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o encaminhamento deste veto tem ensejado uma discussão que não é o que está proposto pelo veto. O veto, de forma muito expressa no seu exordial, na sua apresentação inicial, já reconhece a relevância do artesanato, já louva a preocupação na Casa com este assunto, mas esclarece que as razões que são determinadas no veto são eminentemente ilegais, técnicas, jurídicas.

A própria Procuradoria da Casa, na sua análise preliminar, já colocava restrições fortíssimas aos artigos 3º e 6º, se a memória não me falha. Na votação, houve, evidentemente, uma expectativa de que se o governo quisesse renunciar a sua competência, não seria a Casa que iria retaliar em função disso. Mas o governo não quis renunciar na sua competência. Aliás, eu me sinto muito autorizado a falar sobre esta matéria, porque naquilo que eu entendo que era a competência deste Legislativo, nós já tomamos as devidas providências para que o artesanato fosse reconhecido.

Tanto que, hoje, um dos integrantes do Conselho Municipal de Cultura é o representante do artesanato, o que, evidentemente, coloca ele em condição de igualdade com os outros segmentos da área cultural que já estavam representados nesse conselho que determina as diretrizes na área cultural de Porto Alegre. Se quiser manifestar o contrário, seria... Tem jurisprudência, tem doutrina, tudo isso tem na justificativa do veto, inclusive uma assertiva que nos parece fundamental; se fosse consagrado isso, geraria uma desigualdade dentro da área cultural, porque existiria um conselho próprio para artesanato em detrimento aos outros.

Então, nós haveríamos de ter que criar um conselho para cada segmento cultural: artes plásticas, literatura, manifestações populares, enfim, tudo aquilo que está no conjunto do entendimento da área cultural de Porto Alegre, onde faltam recursos. Disse bem o Ver. Cecchim, fragmentar mais esse recurso que já é escasso é algo que não seria recomendável.

Por isso, Sra. Presidente, a votação é pela manutenção do veto, e bem diz o Ver. Cassio Trogildo, no seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça: não se constitui em uma diminuição da importância do artesanato, muito antes pelo contrário, é dada com todos os fundamentos e deixa muito claro o reconhecimento que nós todos fizemos da importância do artesanato como uma das mais fundamentais manifestações

culturais brasileiras presentes em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em várias capitais no Brasil todo.

O nosso voto pela manutenção do veto está justificado com toda a tranquilidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL: Peço que o Ver. Reginaldo Pujol assumira a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o PLL nº 105/17, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o projeto por 12 votos **SIM**, 15 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**. Mantido o Veto Total.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, Ver. Pujol, como a diferença foi apenas de um voto, eu solicito a renovação de votação. Embora haja uma ação judicial sobre o tema, nada que possa cair a qualquer momento.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Lamento informar, vereador, que esse dispositivo regimental está suspenso por decisão judicial e, em segundo lugar, precisaria de 19 votos, de acordo com o que foi suscitado antes da suspensão do veto. De qualquer forma, foi feito o registro da sua tentativa.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Apenas um esclarecimento, independentemente do tema que foi levantado, é verdade que há uma decisão liminar que suspende a eficácia desse artigo. Eu não estou discutindo o tema em concreto, só estou discutindo para futuros e eventuais novos pedidos de renovação de votação, que está suspenso esse artigo por decisão judicial, mas em caráter liminar.

Acho que mesmo que em outras votações alguém faça um pedido renovação de rotação, é importante que a Câmara aceite porque depois, inclusive, esse pedido pode vigorar.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, por economia processual, em outras situações será examinado caso a caso. Além do mais, a Diretoria Legislativa me alerta que, se sobrepondo tudo isso, o Regimento não permite a renovação de votação em caso de veto, é explícito nesse sentido.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1330/18 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/18, que autoriza o Poder Executivo a conceder os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso, de praças e parques urbanos.

Pareceres:

- da **COSMAM**. Relator Ver. Paulo Brum: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CECE**. Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela rejeição do Veto Parcial;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Moisés Barbosa: pela manutenção do Veto Parcial (empatado).

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 17-08-19 (sábado).

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLE nº 011/18, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este veto parcial é sobre uma emenda que foi aprovada e que está sendo vetada, e eu queria tecer alguns comentários sobre o parecer que veio do Executivo. Primeiro, para que servem esses locais, popularmente chamados de cachorródromos? É coisa de outro mundo? Não, nós temos, há mais de 10 anos, em Buenos Aires; nós temos, inclusive, para surpresa de muitos, em praias da Europa, as *dog beaches*. Isso é para quem viaja e tem esse interesse nessa ligação entre humanos e animais. Quem fez esse parecer, para o nosso gestor, o nosso prefeito assinar, deveria sair da cadeira e conhecer Porto Alegre, porque não é possível que uma pessoa não saiba que, por lei, nós temos o Recanto do Amigo Fiel, no Parque Farroupilha, de longa data. Inclusive, o governo anterior tentou retirar e não conseguiu, pois, 1.500 assinaturas derrubaram. É o lazer das pessoas com suas mascotes, porque passam o dia

no trabalho, e, no fim de semana, saem para fazer esse lazer, para que os animais não fiquem em casa incomodando, latindo, estressados. Ir a um parque faz bem para os humanos e faz bem para os animais. Então, surpreende-me quem escreveu isso aqui para o Prefeito assinar – porque a gente sabe que um gestor não consegue fazer uma pesquisa –, dizendo que não existe em Porto Alegre, no Parque Farroupilha, um *pet place*, como está sendo chamado, lá na Encol. Ainda, surpreende-me mais quando diz que esses ambientes prejudicam os projetos de arquitetura. Como assim? Então desconsidera o *pet place* que foi feito na Encol, maravilhoso, para 70 animais, para onde as pessoas, quando saem de seus apartamentos, levam para passear. Será que é por que, quando se fala em animais, já vem uma rejeição? Só que animais dão emprego e renda. São milhões e milhões de reais envolvendo fábricas de ração, apetrechos, laboratórios, clínicas veterinárias e *pet shops* que mantêm família. Vamos acordar para isso, porque 52% da população tem animal de estimação. Porto Alegre não pode ter cachorródromo? Por quê? Porque alguém sentado numa cadeira faz um parecer para o prefeito assinar, dizendo que não existe em Porto Alegre. Mas como, se há poucos dias fizeram uma ampla propaganda de um *pet place* da iniciativa privada? Mas então, muito bem! Ah, os animais fazem feio na arquitetura? Mas então olha os projetos que tem nas casas de quem tem poder aquisitivo maior, que tem um local para aconchegar o mascote, tem peças com grife francesa, e dá muito dinheiro! Então eu fico indignada, porque primeiro tem que conhecer Porto Alegre para depois assessorar; não vem para cá assessorar e escrever bobagem no papel para vetar uma emenda que foi aprovada. Eu sei que diz “obrigatório”, mas eu jamais iria propor um espaço em todas as praças. Não! É onde existe uma ampla praça, como tem no Parque Germânia, como tem na Redenção, como tem na Praça da Encol, como tem aqui no centro, dois locais. Ah, vão subestimar os cachorreiros? Pois bem, eu lamento muito que nós tenhamos que vir aqui nos desgastar numa coisa tão simples, mas tão importante para o ser humano, aquele que mantém o animal. Este que mantém o animal evita que se coloque nas ruas mais animais para se pagar a conta e mais animais para o Município arrecadar. Era essa a minha colocação, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 011/18, com Veto Parcial.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, especialmente as duas lideranças do governo, Ver. Mauro Pinheiro e Ver. Moisés Barboza, esta Casa se mantém num fundamento principal: acordos feitos em plenário para os projetos passarem e serem aprovados. Muitas vezes nós, vereadores, autores de algum projeto de lei, abrimos mão da essência do nosso projeto em função de acordos e necessidades que esse plenário impõe. Este projeto que estamos discutindo, das praças, eu lembro muito bem que, para contar com cinco votos do MDB e outros votos de defensores, mesmo não rotulados da causa animal, foi permitido que

se botasse esse art. 10. Nós estamos concedendo áreas públicas para a iniciativa privada. Isso foi aprovado por 24 votos nesta Casa, o que comprova o acordo feito para que isso acontecesse. Então a democracia se estabelece em função do acordado. Eu faço coro com a Ver.^a Lourdes, como já venho falando há muito tempo aqui: o prefeito, muitas vezes, é mal assessorado. Muitas vezes os vetos vêm para cá por interesses próprios de quem os faz lá dentro da Prefeitura, induzindo o Executivo a errar. Pessoas talvez que não entendem o que ocorre dentro desta Casa. Foi feito um acordo nesta Casa para o projeto ser aprovado; foi feito um acordo nesta Casa para haver a votação deste projeto, para que se pudesse votar. E esse acordo incluiria esse art. 10, que é a permissão de ter cachorródromo. Vai pegar o Parque Marinha do Brasil e colocar ali dentro uma série de coisas que nós discutimos muito aqui e serão aparelhos que poderão ser colocados dentro da concessão de um parque ou de uma praça, como por exemplo: restaurante, parque de diversões, roda gigante, carrossel, autódromo e etc., e ali ainda tem que construir o espaço para os animais, que hoje é igual geladeira e fogão, até os condomínios reviram os seus contratos, permitindo que as pessoas que ali moram tenham animais de pequeno porte. Quando a gente vai numa praça, num parque – o Ver. Moisés tem dois filhos pequenos, como eu –, muitas vezes, tem que deixar o cachorrinho ali no parquinho, porque a pessoa que vai explorar esse parque, mesquinhamente, não quer construir um espaço para membros da nossa família, porque os nossos animais são membros da nossa família. Aí vem um veto completamente descabido com o que é acordado neste Plenário. Ninguém é obrigado, Ver. Cláudio Conceição e Ver. Medina, que me ouvem atentamente, a fazer acordo, ninguém é obrigado, mas é obrigado a cumprir. Foi feito um acordo com esta Casa, foi feito o acordo com este plenário de incluir a emenda – que virou o artigo 10 – que garante esse direito às famílias: de ir passear num parque, de ir passear numa praça, e lá ter o local para o seu bicho de estimação ficar um pouco, ou vou ficar o tempo necessário. Eu volto a afirmar o início dos meus argumentos: ninguém é obrigado a fazer acordo, mas quando o faz, tem que cumprir. Foi um acordo construído em plenário, um acordo construído com as bancadas, para aprovar esse projeto, que é a concessão das praças e parques na cidade de Porto Alegre.

Nós viemos reiterar o nosso apoio a esse acordo e derrubar esse veto que não condiz com a política exercida com esse plenário, não condiz com a política exercida com esta Casa e com a cidade de Porto Alegre, em que houve um acordo coletivo, encabeçado pela bancada do MDB, para se aprovar esse artigo.

Seria isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 011/18, com Veto Parcial.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde senhoras e senhores, eu, ao contrário do Ver. Cláudio Janta, que me antecedeu na tribuna, não fiz

acordo para aprovação desse projeto; a bancada do PSOL foi terminantemente contra a possibilidade de entregar os nossos espaços públicos à iniciativa privada, e continuamos sustentando que essa decisão foi errada. Por outro lado, acreditamos que, dentre os poucos acertos que foram colocados junto a este projeto, estava a emenda da Ver.^a Lourdes Sprenger, a emenda ampliava os espaços, para que as pessoas pudessem levar seus animais de estimação e deixá-los soltos. Eis que, quando uma pessoa sai para caminhar com o seu animalzinho de estimação, seu cachorrinho, esse cachorro precisa ficar atrelado a uma guia, uma coleira, e assim ele é conduzido pelos espaços públicos, isso garante a segurança do animal e dos transeuntes, para que o animal, ao se assustar com a buzina, não corra para o meio da rua e morra atropelado e para que as pessoas que estão no entorno com outros cachorros não sofram um ataque se o animal vier a se assustar. Nas praças e parques, ainda mais... Eu tenho quatro filhos, e crianças pequenas correm. Muitos animais, instintivamente, correm atrás, alguns até mesmo atacam crianças que estão correndo e brincando. Portanto, a implementação de cachorródromos, onde as pessoas possam levar os seus animais, soltá-los num ambiente limpo, organizado e cercado permite que tanto os animais de estimação quanto as crianças possam usufruir desses equipamentos públicos sem correr riscos e sem oferecer riscos aos outros.

O que nos transparece é que o prefeito e os seus assessores não conhecem a cidade que estão governando – eu estou cada vez mais certo disso. Porto Alegre é a capital que tem a maior taxa de idosos do Brasil; a maior população idosa entre as capitais é a da nossa Porto Alegre. Muitas dessas pessoas que já perderam entes e que não têm mais os seus filhos e netos morando consigo têm animais de estimação, e muitas dessas pessoas vivem em apartamentos. Obrigar uma pessoa a ficar restrita dentro do seu apartamento, apenas circular pelas cercanias de onde mora com o seu animal de estimação é uma prática habitual. Se os espaços públicos fossem qualificados e preparados para receber esses animais, nós teríamos uma Porto Alegre um pouco mais acolhedora para as pessoas que têm o seu animal de estimação como um ente próximo, porque é isso o que nós temos atualmente. Muitas pessoas, muitos casais estão abdicando da possibilidade de terem filhos para adotar animaizinhos. Isso está acontecendo. Eu conheço vários casais que optaram em manter a sua liberdade e a sua vida e, em troca disso, acolher um animal de estimação. Essas pessoas também têm o direito de soltar os seus animais e permitir que eles possam transitar, correr e brincar com mais liberdade do que apenas restritos a uma guia, uma coleira. Portanto, nós vimos com bons olhos a iniciativa da Ver.^a Lourdes, votamos favoravelmente a essa iniciativa e saudamos a aprovação, nesta Casa Legislativa, neste plenário, da iniciativa. Agora, o prefeito veta essa iniciativa sem conversar com o Parlamento, sem dar uma boa justificativa. Foi dentro dessa lógica que, no meu relatório, na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, me manifestei pela rejeição do veto do prefeito. Esperamos derrubar este veto bobo, este veto que não condiz com a necessidade da população da nossa cidade, que é uma população idosa, em crescimento. Isso não qualifica a nossa Porto Alegre. Uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB) (Requerimento):

Solicito verificação de quórum, por gentileza. Esse é um assunto que é importante, eu acho que nós temos que ter a quantidade adequada de vereadores no plenário para discuti-lo.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h59min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0147/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 008/19, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que altera o *caput* e o §2º e revoga o inc. III do § 1º, todos do art. 20-A da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975, e alterações posteriores, modificando os critérios de permissão para cercamento de largos, praças e parques do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0132/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 066/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui a campanha denominada Dezembro Verde – Não ao abandono de animais – e inclui a efeméride Mês de Combate ao Abandono de Animais – Dezembro Verde – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de dezembro. **Com Substitutivo nº 01.**

PROC. Nº 0328/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 156/19, de autoria do Ver. Ricardo Gomes e outros, que estabelece normas para a prestação do serviço de utilidade pública de Linha Turismo no Município de Porto Alegre, inclui inc. VIII no *caput* do art. 3º da Lei nº 11.182, de 28 de dezembro de 2011 – que Institui a Taxa de Vistoria Veicular e a Taxa de Expedição de Identidade de Condutor do Transporte Público de Passageiros –, dispondo sobre a tabela de equivalência da tarifa da Linha de Turismo, e altera os arts. 20-A e 21-A da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998 – que dispõe sobre o Sistema de Transporte e Circulação no Município de Porto Alegre, adequando a legislação municipal à federal, em especial ao Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências –, e alterações posteriores, dispondo sobre as

definições e as modalidades de gerenciamento dos serviços de transporte turístico.

PROC. Nº 0234/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 110/19, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que altera a al. *j* do § 3º do caput do art. 9º da Lei nº 8.267, de 29 de dezembro de 1998 – que dispõe sobre o licenciamento ambiental no Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, elencando animais abrangidos por estudos de impacto de fauna que poderão ser exigidos no Relatório de Impacto Ambiental.

PROC. Nº 0356/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 006/19, que altera a Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos do Município. (**Altera taxa/juros de mora, índice/correção monetária e multa/mora incidente/créditos vencidos da Contribuição/Iluminação Pública – CIP.**)

PROC. Nº 0239/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 113/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui o Sistema Municipal de Museus e o Caminho dos Museus e inclui os eventos Semana Municipal dos Museus e Noite dos Museus no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a serem realizados na semana que incluir o dia 18 de maio e no sábado da semana que incluir o dia 18 de maio, respectivamente. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 0311/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 144/19, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, que obriga o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) a instalar, por solicitação do consumidor, em caráter transitório ou definitivo, equipamento eliminador de ar na tubulação de abastecimento de água que antecede o hidrômetro de seu imóvel.

PROC. Nº 0322/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 151/19, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que inclui a efeméride Dia de Conscientização e Prevenção ao Feminicídio no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 8 de agosto.

PROC. Nº 0339/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 161/19, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que denomina Rua Park Plaza o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Dois Mil, Setecentos e Dezesesseis, localizado no Bairro Jardim Carvalho.

PROC. Nº 0366/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/19, que inclui o § 5º no art. 2º da Lei nº 9.970, de 30 de maio de 2006, e alterações posteriores, que criou a Corregedoria da Guarda Municipal no âmbito do Município de Porto Alegre. (**Prestação de contas/relatório de atividades à SMTC.**)

PROC. Nº 0369/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Lar Gustavo Nordlund.

PROC. Nº 0370/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 028/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação dos Moradores das Vilas Elizabeth e Parque – AMVEP.

PROC. Nº 0381/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede a Comenda Porto do Sol ao jornal Correio do Povo.

PROC. Nº 0396/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/19, de autoria da Mesa Diretora, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao senhor Yossi Shelley.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0089/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 046/19, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que permite o tráfego de motocicletas, em qualquer horário do dia, nas faixas exclusivas para transporte coletivo no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0194/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 098/19, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que estabelece que pessoas que necessitarem de atendimento emergencial das equipes do Serviço de Atendimento de Urgência (SAMU) possam optar pelo encaminhamento diretamente a hospitais privados localizados no Município de Porto Alegre e dá outras providências.

PROC. Nº 0272/19 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/19, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que altera o inc. I do § 1º e inclui inc. VII no § 2º do art. 82 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, instituindo necessidade de quórum de maioria qualificada para majoração de alíquota ou base de cálculo de impostos municipais.

PROC. Nº 0276/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 126/19, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que obriga as concessionárias de veículos automotores a compensar a emissão de dióxido de carbono (CO₂) por meio do plantio de árvores nativas.

PROC. Nº 0360/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 165/19, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que revoga a Lei nº 8.203, de 10 de setembro de 1998 – que dispõe sobre a abertura de shows internacionais que ocorrerem no Município de Porto Alegre.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Só para esclarecer à Casa que o mal-entendido entre mim e o Ver. Paulinho Motorista, por quem tenho carinho, uma amizade de longa data, está resolvido. Estamos aqui nós dois.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Presidente Pujol, como o Professor Wambert já falou, foi um lance de momento, a gente sempre se respeitou aqui no nosso mandato, eu tenho admiração pelo Professor Wambert, ele sabe disso. Já passou e, graças a Deus, a gente está numa boa, vamos tocar para frente, mas sem remorsos, sem nada.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Pujol, colegas que nos acompanham, população de Porto Alegre, quem está acompanhando a nossa sessão no dia de hoje. Na realidade, me inscrevi porque vários colegas estão me perguntando sobre a solicitação encaminhada por mim, na quarta-feira, a esta Casa, para ter acesso a algumas imagens dos espaços comuns da Casa. Então, publicamente, vim perante minhas colegas, meus colegas justificar que o pedido é simples de compreender. O processo que a gente viu na quarta, alguns vereadores inclusive não estavam presentes aqui, estavam em representação externa, foi confuso, atropelado, e muitos indícios e denúncias de que o pedido não foi entregue na quarta-feira pela manhã, o que foi usado como justificativa para nós não termos acesso às 196 páginas. Então, eu fiz esse pedido na quarta-feira, tive, na quinta-feira, um determinado silêncio da Casa. A chefia de gabinete solicitou, foi negado primeiramente; agora, pedimos, baseado na Lei de Acesso à Informação, para que a gente possa ver, porque é uma Casa pública. Inclusive, eu quero explicar o motivo simples: eu vim na reunião de líderes, Ver. Cláudio Janta, e eu, às 11h da manhã, como já falei nesta tribuna, não tive acesso ao pedido, ao teor do pedido, e me causa estranhamento, porque parece que, inclusive, os jornalistas já sabiam do pedido e eu não recebi. Vim aqui, a presidência já estava fazendo a leitura sem abertura para que a gente pudesse falar, e aí eu fiz o pedido. Olhem o tamanho físico. Colegas, eu peço um pouquinho de atenção aqui: a justificativa para que nós, vereadores e vereadoras, não tivéssemos isto aqui é porque foi na quarta-feira, logo antes da reunião de líderes. Se, nas imagens de quarta-feira, nas áreas comuns, ficar comprovado que ninguém fez o protocolo desse pedido vergonhoso, que foi rejeitado por Vossas Excelências na tarde de hoje, está acontecendo uma manobra com má-fé; ou má-fé da Casa para com a presidência – e acho que a presidência tem que se preocupar com isso – ou da própria assessoria da presidência, porque, se nas imagens ninguém aparecer no protocolo, protocolando, nem no protocolo e nem na presidência, me desculpem, esse pedido está aqui há mais tempo. E, se está há

mais tempo, por que a Procuradoria não recebeu? Por que eu não pude ler? Por que as senhoras não puderam ler? Por que os senhores não puderam ler? Então, o processo pode ter sido reprovado pelo dobro de vereadores que queriam que esse processo vergonhoso e mal encaminhado prosperasse, mas o meu pedido permanece. E quero que ele seja respondido, obviamente, que quem não tem nada a esconder não deve temer. Nada a temer, tudo a esclarecer. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h05min.)

* * * * *